

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores da Fundação de Serralves enfrentam há vários anos situações de precariedade laboral, o que se torna particularmente incompreensível tendo em conta que a Fundação Serralves tem o Estado como fundador e financiador ao abrigo do Orçamento do Estado, sendo dois membros do Conselho de Administração nomeados pelo Ministério da Cultura.

Na sequência de um processo de luta desenrolado desde o mês de março deste ano, os trabalhadores de Serralves foram ouvidos na Assembleia da República e descreveram a sua situação de precariedade, denunciando a situação da chamada equipa externa de museografia.

Em abril, a ACT desencadeou uma ação inspetiva, tendo sido identificadas 21 situações de trabalhadores que deveriam ter um contrato com a Fundação de Serralves e não uma prestação de serviços.

Relembre-se que a audição do Conselho de Administração (CA) de Serralves na Assembleia da República foi recheada de declarações inenarráveis e inaceitáveis por parte da sua Presidente, desvalorizando a obrigação de cumprir a lei e respeitar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

Em coerência com as declarações então prestadas, o Conselho de Administração da Fundação de Serralves não regularizou nenhuma das situações detetadas pela ACT, tendo os 21 casos sido participados ao Ministério Público pela Autoridade para as Condições do Trabalho.

Tendo em conta a nova ação inspetiva da ACT, importa conhecer que medidas tem o Governo tomado no acompanhamento desta matéria, nomeadamente, quanto aos membros nomeados no Conselho de Administração.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicita-se a V.^a Ex.^a que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, o pedido

de resposta às seguintes questões:

1. Face à atitude do Conselho de Administração da Fundação de Serralves quanto à recusa de regularização de 21 vínculos precários já detetados, entretanto participada ao Ministério Público, que medidas vai o Governo tomar em relação aos membros nomeados pelo Ministério da Cultura no CA no que concerne ao combate à precariedade das situações de outros trabalhadores de Serralves, como no caso dos técnicos de museografia?
2. Que intervenção vai ser assumida pelo Governo a todos os níveis, inclusivamente ao nível dos membros nomeados pelo Ministério da Cultura no Conselho de Administração, para garantir o integral cumprimento dos direitos dos trabalhadores da Fundação de Serralves, impedindo o seu repetido atropelo na instituição?

Palácio de São Bento, 24 de novembro de 2020

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)